

MARCELA FRANÇA

DIREITO CONSTITUCIONAL

MAPEADO

PARA 1ª E 2ª
FASES DA OAB



EDITORA
RIDEEL

Quem tem Rideel tem mais.

APRESENTAÇÃO

Estudar para a primeira e segunda fases da OAB é, para muitos, um dos momentos mais desafiadores da jornada acadêmica e profissional. Não é apenas uma prova: é um divisor de águas. Para alguns, representa a realização de um sonho antigo. Para outros, é o último passo antes de finalmente poder exercer a advocacia. E, para muitos, tem sido também uma fase marcada por insegurança, cansaço e inúmeras tentativas frustradas.

A verdade é que a OAB não reprova pela falta de esforço. Ela reprova, na maioria das vezes, pela ausência de estratégia.

Ao longo dos anos, observei de perto um padrão muito comum: estudantes dedicados, inteligentes e determinados, mas que estudavam da forma errada. Tentavam abraçar todo o conteúdo, faziam resumos intermináveis, assistiam horas e mais horas de aulas, acumulavam materiais sem saber exatamente o que era prioridade. Estudavam como se estivessem na faculdade, quando, na realidade, a prova exige um direcionamento completamente diferente.

E dentro desse universo existe uma disciplina que ocupa um lugar especial, não apenas no edital, mas também na trajetória de muitos estudantes: **Direito Constitucional**.

Constitucional é uma matéria fundamental, presente em toda a base do Direito, e, ao mesmo tempo, uma das que mais geram medo e bloqueios. Na primeira fase, são **seis questões** que podem fazer toda a diferença no resultado. Já na segunda fase, muitos acreditam que escolher Constitucional é “difícil demais”, como se fosse um caminho inviável.

Mas a verdade é que isso é um mito.

Eu fui aprovada na segunda fase em Direito Constitucional e posso afirmar com segurança: **não é uma escolha impossível**. O que falta, na maioria das vezes, não é capacidade, mas direcionamento, treino e um material realmente didático, que ensine o aluno a enxergar a lógica da peça e a responder com segurança.

Foi exatamente por isso que esta obra nasceu.

Este livro foi escrito para quem não quer mais perder tempo e deseja estudar Direito Constitucional da forma certa tanto para a primeira quanto para a segunda fase da OAB.

A proposta central deste material é simples: **fazer o tempo de estudo render mais**, com foco no que realmente é cobrado pela FGV.

Além disso, este livro vai muito além da teoria.

Você terá em mãos:

- todo o conteúdo de Direito Constitucional resumido de forma didática e objetiva para primeira e segunda fases;
- explicações claras sobre as peças processuais possíveis;

- passo a passo de como identificar cada peça processual;
- simulados para segunda fase preparando para o exame, com foco em treino real;
- e bônus exclusivos com dicas e mnemônicos para memorizar com mais facilidade.

Mais do que ensinar “o que estudar”, este material foi construído para mostrar **como estudar Constitucional da maneira certa**, com clareza, organização e prática. É diferente de qualquer outro tipo de estudo que você já acessou.

Este livro é, portanto, um convite.

Um convite para abandonar a sensação de que Direito Constitucional é complicado demais. Um convite para parar de acumular conteúdo e começar a construir aprovação. Um convite para estudar com inteligência, estratégia e direção.

Se você já reprovou antes, saiba: isso não define sua capacidade. Muitas vezes, só faltou o método adequado.

Se está começando agora, saiba: é possível fazer diferente desde o início e evitar erros que custam meses de esforço.

E se está na reta final, saiba: ainda dá tempo de ajustar o foco e fortalecer pontos decisivos da sua prova.

Desejo que este material seja para você um mapa. Um guia. Um apoio seguro em meio ao excesso de informações que existe hoje.

Que você se sinta mais confiante, mais preparado e mais próximo da aprovação a cada página.

Porque ser aprovado na OAB não precisa ser um peso.

Com método e estratégia, pode ser um caminho muito mais leve e totalmente alcançável.

Bem-vindo(a) a esta jornada.

Com carinho,

Marcela França
@casadosmapasmentais

SOBRE A AUTORA

Marcela França de Azevedo Brites é professora, aprovada na OAB e em concursos públicos, pós-graduanda em direito constitucional, além de especialista em técnicas de estudo e memorização voltadas para concursos e para o Exame da OAB.

Sua trajetória começou cedo: aos 17 anos, conquistou sua primeira aprovação em concurso público. Desde então, aprofundou-se no estudo estratégico, desenvolvendo métodos que priorizam eficiência, clareza e foco no que realmente é cobrado pelas bancas examinadoras.

Ao longo dos anos, percebeu que muitos operadores do Direito não são reprovados por falta de esforço, mas por insegurança, falta de direcionamento, excesso de conteúdo e pelo erro de estudar para a OAB como se fosse uma prova de faculdade. A partir dessa constatação, passou a se dedicar à criação de materiais didáticos que simplificam conteúdos complexos e otimizam o tempo de estudo.

É fundadora da Casa dos Mapas Mentais, projeto que já ajudou milhares de alunos em todo o Brasil a estudarem com mais organização, retenção e segurança, por meio de uma abordagem visual, objetiva e estratégica.

Neste livro, Marcela não entrega apenas o conteúdo essencial para a prova, mas também a experiência prática de quem entende, de forma real, as dificuldades enfrentadas por quem busca a aprovação e precisa de um caminho mais claro, direto e eficiente.

SUMÁRIO

DIREITO PROCESSUAL	I
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS INICIAIS	1
Processo x Procedimento.....	1
Procedimento = Rito	1
Atividade Jurisdicional – Estrutura	1
Elementos da ação.....	3
Petição inicial (elementos gerais – procedimento comum).....	3
O juízo a quem é dirigida (endereçamento).....	4
Justiça Federal (art. 109 da CF/1988).....	5
Justiça Estadual (art. 110 da CF/1988).....	5
Endereçamento.....	5
Qualificação das partes.....	6
Causa de pedir (fato e fundamentos jurídicos).....	6
O pedido (e suas especificações).....	7
O valor da causa.....	7
Tutelas provisórias.....	8
Contagem de prazos no CPC.....	9
Contestação.....	9
CAPÍTULO 2 – HABEAS CORPUS	10
Cabimento da peça.....	10
Legislação do <i>habeas corpus</i>	10
Espécies.....	10
Esquema técnico para construção da peça processual.....	10
1. Endereçamento.....	10
2. Qualificação.....	12
3. Gratuidade.....	12
4. Tutela.....	12
5. Fatos.....	12
6. Fundamentos.....	13
7. Pedidos.....	13
8. Valor da causa.....	13
9. Finalização.....	13
Recursos.....	14
Peça prático-profissional – 2007.I. – Banca CESPE.....	15
CAPÍTULO 3 – HABEAS DATA	18
Legislação do <i>habeas data</i>	18
Esquema técnico para construção da peça processual.....	18
1. Endereçamento:	18
2. Qualificação:.....	19
3. Gratuidade inerente à ação:	19
4. Requisito essencial:.....	19

5. Tutela	19
6. Fatos	19
7. Fundamentos	19
8. Pedidos	20
9. Valor da causa	20
10. Finalização da peça	20
Condenação em honorários advocatícios e em custas processuais	21
Produção de provas	21
Intervenção do Ministério Público	21
Recurso	21
Peça prático-profissional (OAB 2010.3)	22
CAPÍTULO 4 - MANDADO DE SEGURANÇA (MS/MS)	25
Cabimento da peça	25
Legislação do mandado de segurança	25
Competência	25
Espécies	26
Competência	26
Espécies	27
Requisitos para impetrar mandado de segurança (MS)	27
Requisitos do mandado de segurança coletivo	28
Esquema técnico para construção da peça	28
1. Endereçamento	28
2. Qualificação	28
3. Gratuidade	29
4. Tutela	29
5. Tempestividade	29
6. Requisito essencial	29
7. Fatos	29
8. Fundamentos	30
9. Pedidos	30
10. Valor da causa	30
11. Finalização	30
Intervenção obrigatória do Ministério Público	31
Prova	31
Como identificar a peça?	33
Peça prático-profissional (OAB - XV Exame)	33
Peça prático-profissional - XXXIX Exame de Ordem	37
CAPÍTULO 5 - MANDADO DE INJUNÇÃO	42
Cabimento	42
Espécies	42
Quem pode impetrar o mandado de segurança coletivo (legitimados ativos - art. 5º, LXX e LXXI, CF + Lei nº 13.300/2016)	42
Contra quem pode ser impetrado (legitimados passivos)	42
Pressupostos	42

1. Endereçamento.....	43
Esquema técnico para construção da peça processual.....	43
2. Qualificação.....	43
3. Gratuidade de justiça.....	44
4. Fatos.....	44
5. Fundamentos.....	44
6. Omissão inconstitucional.....	44
7. Pedidos.....	45
8. Valor da causa.....	45
9. Finalização da peça.....	45
CAPÍTULO 6 – AÇÃO POPULAR.....	48
Cabimento.....	48
Espécies.....	48
Esquema técnico para construção de peça processual.....	48
1. Endereçamento.....	48
2. Qualificação.....	48
3. Gratuidade.....	49
4. Tempestividade.....	49
5. Tutela de urgência.....	49
6. Fatos.....	49
7. Fundamentos.....	49
8. Pedidos.....	49
9. Valor da causa.....	50
10. Finalização da peça.....	50
Peça prático-profissional – OAB XVIII.....	52
CAPÍTULO 7 – AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM.....	56
1. Endereçamento.....	56
2. Qualificação.....	56
3. Gratuidade de justiça.....	56
4. Tutela provisória.....	56
5. Fatos.....	56
6. Fundamentos.....	56
7. Pedidos.....	56
8. Valor da causa.....	57
9. Finalização da peça.....	57
Peça prático-profissional (OAB – V Exame).....	57
CAPÍTULO 8 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	62
Cabimento.....	62
Objeto protegido (art. 1º da Lei nº 7.347/1985).....	62
Espécies.....	62
1. Endereçamento.....	62
2. Qualificação.....	63
3. Tutela.....	63
4. Fatos.....	63

5. Fundamentos	63
6. Pedidos	63
7. Valor da causa	64
8. Finalização	64
Peça cobrada no XXI Exame de Ordem	65
CAPÍTULO 9 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)	70
Conceito	70
Competência	70
1. Endereçamento	70
2. Partes	70
3. Tutela	71
4. Objeto	71
5. Fatos	71
6. Fundamentos	71
7. Pedidos	72
8. Valor da causa	72
9. Finalização	72
Peça processual – Exame XXXVI	73
CAPÍTULO 10 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)	78
1. Endereçamento	78
2. Partes	78
3. Tutela	78
4. Objeto da ação	78
5. Requisito essencial	78
6. Fundamentos	78
7. Aspectos processuais	78
8. Pedidos	79
9. Valor da causa	79
10. Finalização	79
Peça prático-profissional – Exame 41	80
CAPÍTULO 11 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)	85
1. Endereçamento	85
2. Partes	85
3. Tutela	85
4. Objeto da ação	85
5. Requisito essencial	85
6. Fundamentos	85
7. Aspectos processuais	85
8. Pedidos	86
9. Valor da causa	86
10. Finalização	86
Peça prático-profissional – Caso cobrado no XIX Exame de Ordem	87
CAPÍTULO 12 – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	90
1. Endereçamento	90

2. Partes.....	90
3. Tutela.....	90
4. Objeto da ação.....	90
5. Fundamentos.....	90
6. Aspectos processuais.....	90
7. Pedidos.....	90
8. Valor da causa.....	91
9. Finalização.....	91
Peça prático-profissional – Caso cobrado no XX Exame de Ordem.....	92
CAPÍTULO 13 – RESUMÃO – AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	97
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	97
ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	97
ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	97
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	98
CAPÍTULO 14 – RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	99
Fundamento legal.....	99
Competência.....	99
Esquema técnico para construção da peça processual.....	99
1. Endereçamento.....	99
2. Qualificação.....	99
3. Tutela provisória.....	99
4. Decisão objeto da reclamação.....	99
5. Fundamentos.....	99
6. Pedidos.....	100
7. Valor da causa.....	100
8. Finalização da peça.....	100
Peça prático-profissional.....	101
CAPÍTULO 15 – ASPECTOS GERAIS DOS RECURSOS.....	103
1. Conceito de recurso.....	103
2. Espécies de recursos (CPC, art. 994).....	103
3. Princípios norteadores.....	103
4. Objetivos dos recursos.....	103
5. Efeitos dos recursos.....	103
6. Tipos de decisão.....	104
7. Recursos cabíveis.....	104
8. Juízo de admissibilidade x juízo de mérito.....	104
CAPÍTULO 16 – RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL (ROC).....	105
1. Cabimento.....	105
2. Prazo.....	105
3. Legitimidade.....	105
4. Estrutura da peça.....	105
Peça prático-profissional – Caso concreto OAB – XIV Exame.....	106
CAPÍTULO 17 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE).....	110
1. Cabimento (art. 102, III, da CF/1988 + arts. 1.029 e seguintes, do CPC).....	110

2. Requisitos específicos.....	110
3. Prazo.....	110
4. Legitimidade.....	110
5. Estrutura da peça.....	110
CAPÍTULO 18 – RECURSO ESPECIAL (REsp).....	112
1. Cabimento (art. 105, III, da CF/1988 + arts. 1.029 e seguintes, do CPC).....	112
2. Requisitos Específicos.....	112
3. Prazo.....	112
4. Legitimidade.....	112
5. Estrutura da Peça.....	112
CAPÍTULO 19 – APELAÇÃO.....	114
Cabimento.....	114
Natureza jurídica.....	114
Efeitos.....	114
Prazo e preparo.....	114
Fundamento legal.....	114
Questões preclusas.....	115
Esquema técnico para construção da peça processual.....	115
Peça prático-profissional (OAB – XI Exame).....	116
CAPÍTULO 20 – AGRAVOS.....	120
Conceito e cabimento geral.....	120
Agravo de instrumento.....	120
Agravo interno.....	121
Agravo em recurso especial e extraordinário.....	122
Esquema técnico para construção da peça processual.....	122
Caso concreto – Cobrado na 2ª fase de Direito Administrativo.....	125
CAPÍTULO 21 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	128
Cabimento.....	128
Natureza jurídica.....	128
Prazo e tempestividade.....	128
Efeitos.....	128
Multa por caráter protelatório.....	128
Súmulas importantes.....	129
Observações especiais.....	129
Esquema técnico para construção da peça processual.....	129
Finalização.....	130
Modelo de embargos de declaração.....	131
CAPÍTULO 22 – REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	132
Conceito e finalidade.....	132
Origem e evolução.....	132
Competência.....	132
Legitimidade ativa.....	132
Legitimados passivos.....	133
Normas aplicáveis por analogia.....	133

Objeto da ação.....	133
Efeitos da decisão	133
Esquema técnico para construção da peça processual.....	133
CAPÍTULO 23 – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	136
Conceito e finalidade.....	136
Competência.....	136
Legitimidade.....	136
Esquema técnico para construção da peça processual.....	137
CAPÍTULO 24 – CONTESTAÇÃO	140
Cabimento.....	140
Objetivo	140
Legislação aplicável.....	140
Prazo	140
Legitimidade.....	140
Função.....	140
Preliminares da contestação.....	140
Defesa de mérito.....	141
Estrutura técnica da peça processual.....	141
Contrarrazões.....	143
CAPÍTULO 25 – PARECER JURÍDICO	146
Cabimento.....	146
Natureza jurídica.....	146
Estrutura técnica da peça processual.....	146
DIREITO MATERIAL.....	149
CAPÍTULO 1 – SENTIDOS DA CONSTITUIÇÃO	149
Sentido sociológico – Ferdinand Lassale.....	149
Sentido jurídico – Hans Kelsen	149
Sentido político – Carl Schmitt.....	149
Sentido cultural – Meirelles Teixeira	149
Estruturas das Constituições	149
Elementos da Constituição	150
Supremacia da Constituição.....	152
Elementos da Constituição (José Afonso da Silva).....	152
Classificação das constituições.....	152
Classificações da Constituição brasileira.....	157
Aplicabilidade das Normas Constitucionais	157
1) Classificação (José Afonso da Silva).....	157
2) Efeitos imediatos das limitadas	158
Hierarquia das normas	158
Poder Constituinte	160
Classificações.....	161
CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	163
O que são Princípios Fundamentais?.....	163

Forma de Estado, Forma de Governo e Regime Político	164
Estado Democrático de Direito	165
Harmonia e Independência entre os Poderes	165
Objetivos Fundamentais da República (art. 3º).....	166
Princípios das Relações Internacionais (art. 4º).....	167
Gerações (dimensões) dos direitos fundamentais	167
Características dos direitos fundamentais	168
CAPÍTULO 3 – ART. 5º – DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	170
Direito à vida.....	170
Direito à segurança	174
CAPÍTULO 4 – DIREITOS SOCIAIS	196
CAPÍTULO 5 – DIREITOS DOS TRABALHADORES	199
Art. 7º – incisos V a XXXIV	199
Direitos Sociais Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF).....	201
Direitos dos Trabalhadores Domésticos.....	203
CAPÍTULO 6 – NACIONALIDADE	205
Conceitos	205
Quem é brasileiro nato? (art. 12, I).....	205
Quem é brasileiro naturalizado? (art. 12, II).....	206
Natos x Naturalizados (art. 12, §§ 2º e 3º).....	206
Perda da nacionalidade (EC nº 131/2023).....	207
Língua e símbolos (art. 13).....	207
CAPÍTULO 7 – DIREITOS POLÍTICOS (ARTS. 14 A 16)	208
Conceito.....	208
Sufrágio e voto (art. 14, <i>caput</i>).....	208
Capacidade eleitoral ativa (votar).....	208
Capacidade eleitoral passiva (ser votado).....	209
Direitos políticos negativos	209
Inelegibilidades por motivos funcionais.....	210
Inelegibilidade reflexa (parentesco) – art. 14, § 7º	210
Partidos Políticos	212
CAPÍTULO 8 – ESTADO	214
1. Conceito de Estado e seus elementos.....	214
2. Formas de Estado	214
2.1 Estado unitário	214
2.2 Estado federal	215
3. Teoria Geral da Federação: Autonomia e características	215
3.1 Por que adotar a Federação?.....	216
3.2 Características essenciais de uma Federação.....	217
4. Classificação das federações.....	218
4.1 Quanto à origem.....	218
4.2 Quanto à concentração de poder.....	218
4.3 Quanto ao enfrentamento das desigualdades.....	219
4.4 Quanto à repartição de competências.....	219

5. A Federação Brasileira.....	219
5.1 Autonomia x Soberania.....	220
6. União.....	220
7. Estados-Membros.....	220
7.1 Auto-organização e autolegislação dos Estados.....	221
7.2 Poder Legislativo estadual.....	221
7.3 Poder Executivo estadual.....	223
7.4 Poder Judiciário estadual.....	223
7.5 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	223
8. Distrito Federal.....	224
8.1 Natureza jurídica.....	224
8.2 Autonomia do DF.....	224
9. Municípios.....	226
9.1 Natureza e autonomia.....	226
9.2 Auto-organização: Lei Orgânica Municipal.....	226
9.3 Princípios que os Municípios devem observar.....	227
9.4 Regras gerais da CF/1988 para os Municípios (art. 29).....	227
9.5 Eleições municipais e consultas populares locais (EC nº III/2021).....	228
9.6 Julgamento do Prefeito: foro e competência.....	229
9.7 Crimes de responsabilidade do Prefeito.....	229
10. Territórios Federais.....	230
10.1 Natureza jurídica.....	230
10.2 Poder Executivo nos Territórios.....	230
10.3 Poder Legislativo nos Territórios.....	230
10.4 Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria.....	231
CAPÍTULO 9 – ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	232
1. Estados.....	232
1.1 Tipos de alterações entre Estados.....	232
1.2 Requisitos constitucionais.....	233
2. Formação de Municípios.....	233
2.1 Requisitos para criação/alteração de Municípios.....	233
2.2 Situação atual e municípios “putativos”.....	234
3. Vedações Federativas (art. 19 da CF).....	234
4. Bens da União (art. 20 da CF).....	235
4.1 Principais grupos de bens.....	235
5. Bens dos Estados.....	237
5.1 Conflitos sobre propriedade de bens públicos.....	238
5.2 Aldeamentos indígenas extintos.....	238
CAPÍTULO 10 – REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS.....	239
1. Repartição de Competências na Federação Brasileira.....	239
1.1 Por que a repartição de competências é tão importante?.....	239
1.2 Princípios que orientam a repartição de competências.....	239
1.3 Conceito de competência.....	240
1.4 Técnicas de repartição de competências.....	240

1.5 Modelo adotado pela CF/1988.....	240
1.6 Como a CF/1988 distribui as competências?	240
1.7 A repartição de competências é cláusula pétrea?.....	241
2. Competências exclusivas da União (art. 21)	242
2.1 Relações internacionais e defesa.....	242
2.2 Material bélico, sistema financeiro e moeda	242
2.3 Planejamento, correios, telecomunicações.....	243
2.4 Serviços públicos estratégicos (art. 21, XII).....	243
2.5 DF e Territórios (art. 21, XIII e XIV).....	244
2.6 Outras competências exclusivas relevantes.....	244
3. Competências privativas da União (art. 22).....	245
3.1 Características.....	245
3.2 Competência privativa da União	245
3.3 Outros incisos importantes.....	246
4. Delegação da competência privativa (parágrafo único do art. 22).....	247
5. Competências comuns (art. 23).....	248
5.1 Conceito e características.....	248
5.2 Art. 23.....	248
5.3 Cooperação por lei complementar (parágrafo único).....	249
6. Competência legislativa concorrente (art. 24).....	250
6.1 Conceito e sujeitos.....	250
6.2 Matérias de competência concorrente.....	250
6.3 Regra de funcionamento da competência concorrente.....	251
6.4 Competência suplementar: complementar x supletiva	251
7. Competências dos Estados (arts. 25 e 125).....	252
7.1 Regra geral – competência remanescente.....	252
7.2 Competências estaduais expressas na CF	252
7.3 Distrito Federal.....	252
8. Competências dos Municípios (art. 30).....	253
8.1 Tipos de competência municipal.....	253
8.2 Interesse local na prática (STF).....	253
9. Fiscalização dos Municípios (art. 31).....	254
Quem fiscaliza?.....	254
Contas de governo x contas de gestão (e o Prefeito).....	255
Contas rejeitadas e inelegibilidade.....	255
10. Competência dos Estados x Municípios.....	256
Estados.....	256
Municípios.....	256
Fiscalização.....	256
CAPÍTULO II - PODER LEGISLATIVO.....	257
1. Funções do Poder Legislativo.....	257
1.1 Conceito.....	257
1.2 Funções do Poder Legislativo.....	257
2. Estrutura do Poder Legislativo.....	257

2.1 Nível federal – bicameralismo	257
2.2 Nível estadual e municipal – unicameralismo	258
3. Sessões conjuntas x sessão unicameral.....	258
3.1 Sessão conjunta (duas Casas, votos contados separadamente).....	258
3.2 Sessão unicameral (caso excepcionalíssimo).....	258
4. Reuniões do Congresso Nacional.....	259
4.1 Legislatura x sessão legislativa ordinária (SLO).....	259
4.2 Sessões preparatórias.....	259
4.3 Sessão legislativa extraordinária (SLE).....	260
5. Estrutura das Casas	260
5.1 Câmara dos Deputados.....	260
5.2 Fidelidade partidária	261
5.3 Senado Federal.....	261
6. Mesas Diretoras	262
6.1 O que é a Mesa Diretora?	262
6.2 Mesa do Congresso Nacional.....	262
6.3 Mesas da Câmara e do Senado.....	262
6.4 Mandato e recondução	262
6.5 Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais	263
7. Comissões Parlamentares.....	263
7.1 Conceito.....	263
7.2 Criação e composição.....	263
7.3 Tipos de Comissões.....	263
7.4 Atribuições das Comissões (art. 58, § 2º, da CF).....	264
8. Comissão Representativa do Congresso Nacional	264
9. Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).....	265
9.1 Conceito e natureza	265
9.2 Quem pode criar CPI?.....	265
9.3 Requisitos constitucionais para criação de CPI.....	265
10. O que faz o Congresso Nacional?.....	268
10.1 Atribuições do Congresso Nacional – Art. 48 (com sanção – Lei).....	268
10.2 Atribuições do Congresso Nacional – Art. 49 competência exclusiva – Decreto Legislativo).....	269
11. Convocação de autoridades – Art. 50 da CF.....	270
11.1 Convocação para comparecer	270
11.2 Comparecimento voluntário.....	271
11.3 Pedidos escritos de informação	271
12. Atribuições da Câmara dos Deputados – Art. 51 da CF.....	271
12.1 Principais competências.....	271
13. Atribuições do Senado Federal – Art. 52 da CF.....	272
13.1 Julgamentos por crime de responsabilidade (<i>impeachment</i>).....	272
13.2 Aprovação prévia de autoridades	272
13.3 Competências financeiras e de endividamento.....	272
13.4 Outras competências relevantes	273

CAPÍTULO 12 – CONTROLE.....	274
1. Tipos de controle das finanças públicas.....	274
1.1 Controle interno (art. 74 da CF).....	274
1.2 Controle externo (arts. 70 e 71 da CF).....	274
2. Fiscalização contábil, orçamentária, patrimonial e operacional (art. 70 da CF).....	275
3. Tribunais de Contas: natureza e papel.....	275
3.1 Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas.....	275
4. Tribunal de Contas da União (TCU).....	276
4.1 Natureza jurídica e garantias.....	276
4.2 Ministério Público junto ao TCU.....	276
5. Competências do TCU (art. 71 da CF).....	277
5.1 Contas do Presidente x demais administradores.....	277
5.2 Admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões (art. 71, III).....	277
5.3 Fiscalização de entidades e recursos.....	278
5.4 Poderes de fiscalização e sanção.....	278
5.5 Execução das decisões e prescrição punitiva.....	279
6. Tribunais de Contas Estaduais e Municipais (arts. 31 e 75 da CF).....	279
6.1 Simetria com o TCU.....	279
6.2 Fiscalização dos Estados e dos próprios Tribunais de Contas.....	280
6.3 Fiscalização dos Municípios (art. 31 da CF).....	280
6.4 Contas de Prefeitos – governo x gestão.....	280
CAPÍTULO 13 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	282
1. Separação de Poderes e função administrativa.....	282
2. Sentidos de Administração Pública.....	282
2.1 Administração Pública em sentido amplo x estrito.....	282
2.2 Administração Pública em sentido subjetivo x objetivo.....	282
2.3 Avaliação de políticas públicas (art. 37, § 16, da CF).....	283
3. Organização da Administração: direta x indireta.....	284
3.1 Centralização x descentralização.....	284
3.2 Não confundir: descentralização x desconcentração.....	284
4. Entidades da Administração Indireta.....	284
4.1 Autarquias.....	284
4.2 Fundações públicas.....	285
4.3 Empresas públicas.....	285
4.4 Sociedades de economia mista.....	285
4.5 Criação de entidades e subsidiárias (art. 37, XIX e XX, da CF).....	285
5. Poder de polícia e empresas estatais.....	286
6. Regime jurídico da Administração x Regime jurídico-Administrativo.....	286
6.1 Regime jurídico da Administração.....	286
6.2 Regime jurídico-administrativo.....	286
7. Princípios explícitos da Administração Pública (art. 37, <i>caput</i>) – LIMPE.....	287
8. Princípios implícitos da Administração Pública.....	290
CAPÍTULO 14 – AGENTES PÚBLICOS – ACESSO A CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES.....	292
1. Regra constitucional (art. 37, I).....	292

2. Requisitos para acesso	292
3. Estrangeiros em cargos públicos	292
4. Concurso público (art. 37, II).....	293
5. Prioridade de nomeação entre concursos (art. 37, IV).....	293
6. Pessoas com deficiência (art. 37, VIII).....	293
7. Contratação temporária (art. 37, IX).....	294
8. Cargos em comissão e funções de confiança (art. 37, V).....	294
9. Nepotismo (Súm. Vinc. nº 13).....	294
10. Direitos sociais dos servidores públicos.....	294
11. Acumulação remunerada	295
11.1 Regra geral.....	295
11.2 As 3 exceções constitucionais (art. 37, XVI).....	295
12. Teto constitucional na acumulação (entendimento do STF).....	296
13. Aposentadoria + atividade	296
14. Servidor e mandato eletivo (art. 38).....	297
CAPÍTULO 15 – REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	298
1. Regime jurídico único (art. 39).....	298
1.1 Situação original da CF/1988	298
1.2 Mudança pela EC nº 19/1998.....	298
1.3 ADI nº 2.135/DF – vai e volta do regime único	298
1.4 Critérios de remuneração (art. 39, § 1º).....	299
2. Estabilidade (art. 41).....	299
2.1 Conceito e quem tem direito.....	299
2.2 Hipóteses de perda do cargo pelo estável	300
2.3 Reintegração, recondução, disponibilidade e aproveitamento.....	300
3. Estabilidade Extraordinária (art. 19 do ADCT).....	300
3.1 Quem ganhou essa estabilidade?.....	300
3.2 Diferença entre estabilidade ordinária x extraordinária.....	301
4. Regime Previdenciário dos Servidores (art. 40).....	301
4.1 RPPS x RGPS – quem vai para onde.....	301
4.2 Limitação à criação de novo RPPS (EC nº 103/2019).....	301
4.3 Características do RPPS (art. 40, <i>caput</i>).....	302
5. Formas de Aposentadoria no RPPS (art. 40, § 1º).....	302
5.1 Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho (antiga "invalidez").....	302
5.2 Readaptação (art. 37, § 13).....	302
5.3 Aposentadoria compulsória	303
5.4 Aposentadoria voluntária (sistema pós-EC nº 103/2019	303
CAPÍTULO 16 – Responsabilidade Civil do Estado (art. 37, § 6º, da CF).....	308
CAPÍTULO 17 – Administração Tributária (art. 37, XVIII e XXII, da CF).....	310
Acumulação de Cargos Públicos (EC nº 101/2019 – Militares dos Estados).....	313
Regra Fundamental.....	314
Formas de Governo	314
Sistema de Governo.....	315
Funções do Poder Executivo	316

Investidura, Eleição e Posse do Presidente	316
Impedimento x Vacância.....	317
Substituição e Sucessão – Linha Sucessória	318
Atribuições do Presidente – Art. 84 da CF	319
Atribuições do Presidente da República	320
Responsabilização do Presidente da República.....	322
Réu e Linha Sucessória.....	323
Vice-Presidente da República.....	324
Ministros de Estado.....	324
Conselho da República.....	325
Conselho de Defesa Nacional.....	326
CAPÍTULO 18 – PODER JUDICIÁRIO	327
Órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF/1988).....	327
Justiça Comum x Justiça Especial.....	327
O que é jurisdição e qual o papel do Judiciário?.....	328
Judiciário no Estado Social e no Estado Constitucional.....	329
Garantias e Vedações dos Juizes (Estatuto da Magistratura).....	331
Julgamentos do Poder Judiciário.....	335
Princípio da ininterruptibilidade da jurisdição.....	336
Órgão especial dos Tribunais.....	336
"Quinto constitucional".....	336
Justiça de paz e Juizados Especiais.....	337
Conselho Nacional de Justiça.....	338
Cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF e Súm. Vinc. nº 10).....	340
Supremo Tribunal Federal (STF).....	340
Recurso extraordinário	344
Súmulas importantes.....	345
Justiça do trabalho.....	346
CAPÍTULO 19 – SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISE	348
Estados de exceção.....	348
Estado de Defesa (art. 136 da CF/1988).....	348
Estado de sitio (arts 137 a 139 da CF/1988).....	349
CAPÍTULO 20 – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	352
1. Ministério Público – Conceito, Natureza e Posição na CF/1988.....	352
2. Organização do Ministério Público.....	352
3. Conflitos de Atribuições no MP.....	353
4. Princípios Institucionais do MP (art. 127, § 1º).....	354
5. Princípio do Promotor Natural.....	354
6. Autonomia Funcional, Administrativa e Orçamentária.....	354
7. Funções Institucionais do Ministério Público (art. 129).....	355
8. Ingresso na Carreira do Ministério Público.....	357
9. Garantias Funcionais dos Membros do MP.....	357
10. Vedações aos Membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, II).....	357
11. Chefia do Ministério Público.....	357

12. Ministério Público junto às Cortes de Contas.....	358
13. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	359
14. Advocacia Pública.....	361
14.1 Conceito e posição constitucional.....	361
14.2 Advocacia-Geral da União (AGU) – art. 31.....	361
14.3 Procuradorias dos Estados e do DF – art. 132.....	362
15. Advocacia (art. 133 – Advocacia privada).....	363
16. Defensoria Pública.....	363
16.1 Fundamento e conceito.....	363
16.2 Campo de atuação e limites.....	364
16.3 Organização, garantias e autonomia.....	364
16.4 Assistência jurídica municipal.....	365
CAPÍTULO 21 – ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	366
Conceito geral.....	366
Fundamentos (art. 170 da CF/1988).....	366
Princípios da ordem econômica.....	366
Atuação do estado na economia.....	366
Política agrícola, fundiária e reforma agrária (CF/1988 – arts. 184 A 191).....	368
Sistema financeiro nacional (art. 192).....	371
CAPÍTULO 22 – ORDEM SOCIAL.....	372
CAPÍTULO 23 – SEGURIDADE SOCIAL – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	374
1. Conceito (art. 194).....	374
2. Princípios da seguridade social (art. 194, parágrafo único).....	374
3. Sistema Único de Saúde – SUS (art. 198).....	376
Seguridade social – Previdência social (CF/1988).....	376
Assistência social (art. 203 da CF/1988).....	376
CAPÍTULO 24 – EDUCAÇÃO (ARTS. 205 A 214).....	378
1. Conceito e finalidade (art. 205).....	378
2. Princípios do ensino (art. 206).....	378
3. Ensino privado (art. 209).....	378
4. Gratuidade, pesquisa e extensão.....	379
CAPÍTULO 25 – CULTURA (ARTS. 215, 216 E 216-A).....	380
1. Direitos culturais (ART. 215).....	380
2. Patrimônio cultural brasileiro (ART. 216).....	380
3. Incentivos e fundo de cultura.....	381
CAPÍTULO 26 – DESPORTO (ART. 217 DA CF/1988).....	382
CAPÍTULO 27 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ARTS. 218 A 219-B).....	383
CAPÍTULO 28 – COMUNICAÇÃO SOCIAL (ARTS. 220 A 224).....	384
CAPÍTULO 29 – MEIO AMBIENTE (ART. 225).....	385
CAPÍTULO 30 – FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO.....	387
CAPÍTULO 31 – ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232).....	388
CAPÍTULO 32 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	389
1. Conceito.....	389
2. Teorias sobre os efeitos.....	389
2.1 Teoria da nulidade (Brasil).....	389

2.2 Teoria da anulabilidade (escola austríaca).....	389
2.3 Flexibilização no Brasil.....	389
3. Pressupostos do controle.....	389
4. Origem do controle.....	390
4.1 Sistema difuso (modelo americano).....	390
4.2 Sistema concentrado (modelo europeu/austríaco).....	390
5. Espécies de inconstitucionalidade.....	391
5.1 Por ação x por omissão.....	391
5.2 Material x formal x vício de decoro.....	391
5.3 Total x parcial.....	391
5.4 Direta x indireta.....	392
5.5 Inconstitucionalidade por arrastamento.....	392
5.6 Originária x superveniente.....	392
5.7 Inconstitucionalidade circunstancial.....	393
5.8 Inconstitucionalidade progressiva.....	393
6. Sistemas de controle de constitucionalidade.....	393
6.1 Quanto a quem controla (tipo de sistema).....	393
6.2 Critério subjetivo (ou orgânico).....	393
6.3 Critério formal (via de controle).....	394
Momentos de controle de constitucionalidade.....	394
Vias de controle (como a norma chega ao judiciário).....	396
Controle concreto x controle abstrato.....	397
Controle difuso.....	397
Legitimação ativa no controle difuso.....	397
Objeto e parâmetro do controle difuso.....	397
Controle difuso nos tribunais e reserva de plenário.....	398
Efeitos da decisão no controle difuso.....	399
Atuação do Senado Federal – art. 52, X, da CF.....	400
Súmula vinculante.....	400
Meios de acesso ao controle difuso.....	402
Recurso extraordinário (RE) e controle difuso.....	402
Súmula vinculante – Legitimados.....	403
ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	404
ADI Interventiva (representação interventiva).....	407
ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	408
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	410
Controle Abstrato Estadual e Municipal (art. 125, § 2º, da CF).....	416
SIMULADOS.....	421
BÔNUS – DICAS & MNEMÔNICOS.....	461
REFERÊNCIAS.....	501

DIREITO PROCESSUAL

CAPÍTULO I

ASPECTOS INICIAIS

Neste capítulo vamos mapear:

- Noções iniciais do processo
- Elementos da ação
- Gratuidade da justiça
- Tutelas de urgência
- Estrutura da petição inicial
- Estrutura da contestação

PROCESSO X PROCEDIMENTO

PROCESSO = meio para resolver conflitos (litígios)

Espécies de processo (CPC):

1. Processo de conhecimento (cognição)

- Partes apresentam **fatos + fundamentos jurídicos** ao juiz
- O juiz substitui a vontade de uma das partes por decisão judicial

2. Processo de execução

- Regulamentado no **Livro II do CPC (art. 771 e seguintes)**
- Usado para **cumprir obrigação imposta** por lei ou decisão judicial

RESUMO RÁPIDO:

PROCESSO = relação processual (busca da tutela jurisdicional)

PROCEDIMENTO = forma/rito de movimentar os atos processuais

PROCEDIMENTO = RITO

ATIVIDADE JURISDICIONAL – ESTRUTURA

A Constituição organiza o Judiciário dentro da forma federativa.

Duas ordens de organização:

1. Justiça Federal (competências expressas na CF)

Pode ser comum ou especializada:

- Trabalho
- Eleitoral
- Militar

2. Justiça Estadual

- Competência residual
- Pode ter Justiça Militar Estadual especializada



Importante!

O Judiciário divide-se em âmbito comum e âmbito especializado.

São órgãos do Poder Judiciário, na forma do art. 92, I a VII, da CF/1988

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

JUSTIÇA FEDERAL

↳ Tribunais Regionais Federais

↳ Juízes Federais

JUSTIÇA DO TRABALHO

↳ Tribunais do Trabalho

↳ Juízes do Trabalho

JUSTIÇA ELEITORAL

↳ Tribunais Eleitorais

↳ Juízes Eleitorais

JUSTIÇA MILITAR

↳ Tribunais Militares

↳ Juízes Militares

JUSTIÇA ESTADUAL E DO DF

↳ Tribunais Estaduais e do DF

↳ Juízes Estaduais e do DF

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

2007.I. – BANCA CESPE

Maria adquiriu um veículo popular por meio de contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), em 60 prestações de R\$800,00. A partir da 24ª prestação, Maria começou a ter dificuldades financeiras e resolveu vender o veículo a Pedro, o qual se comprometeu a pagar as prestações vincendas e vencidas. Tal fato não foi comunicado ao agente financeiro, já que havia o risco de o valor da prestação ser majorado. Pedro deixou de pagar mais de cinco prestações, o que suscitaria rescisão contratual. O agente financeiro houve por bem propor ação de busca e apreensão do veículo, tentativa essa que restou frustrada em face de Maria não possuir o veículo em seu poder, já que o alienara a Pedro. O agente financeiro pediu a transformação, nos mesmos autos, da ação de busca e apreensão em ação de depósito e requereu a prisão de Maria, por ser depositária infiel do referido veículo. O juiz competente determinou a prisão civil de Maria até que ela devolvesse o referido veículo ou pagasse as prestações em atraso. Maria não tem mais o veículo em seu poder e perdeu o seu emprego em virtude da prisão civil. Dois dias depois da efetivação da prisão, o advogado contratado interpôs, inicialmente, recurso de agravo de instrumento contra aquela decisão judicial, o qual não foi conhecido pelo tribunal, diante da ausência de documento imprescindível ao seu processamento. Ingressou com ação de rito ordinário contra Pedro, com pedido de tutela antecipada, visando receber as prestações em atraso, ação essa que foi extinta sem julgamento de mérito. Ingressou, ainda, com ação de rito ordinário contra o arrendador discutindo algumas cláusulas do contrato de arrendamento, ação essa que continua em curso, sem sentença. Maria continua presa.

Por ter perdido a confiança nesse advogado, ao qual pagou os honorários devidos e do qual recebeu o devido substabelecimento, sem reserva de poderes, Maria resolveu contratar os serviços de outro advogado.

Diante da situação hipotética apresentada, na condição de atual advogado de Maria, redija um texto que contenha a peça judicial mais apropriada ao caso, a ser apresentada ao órgão judicial competente, com os argumentos que reputar pertinentes.

RESOLUÇÃO EXPLICATIVA

EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE (...)

(Pular cerca de cinco linhas)

MARIA, nacionalidade (...), estado civil (...), profissão (...), portadora do RG nº (...), CPF nº (...), endereço eletrônico (...), residente e domiciliada na cidade de (...), por

intermédio de seu advogado que subscreve, conforme procuração anexa, com escritório profissional localizado em (...), local indicado para os fins do art. 77, V, do CPC, com fundamento no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e no art. 647 do Código de Processo Penal, vem, respeitosamente, impetrar o presente **HABEAS CORPUS REPRESSIVO COM PEDIDO LIMINAR**

em favor de sua própria liberdade, atualmente restringida por decisão judicial, pelos motivos que passa a expor:

I – DOS FATOS

A paciente adquiriu um veículo por meio de contrato de **arrendamento mercantil (leasing)**, assumindo o pagamento de 60 parcelas mensais de R\$800,00. A partir da 24ª parcela, enfrentou dificuldades financeiras e decidiu vender o automóvel a **Pedro**, que se comprometeu a quitar as prestações vencidas e vincendas.

Contudo, a transação não foi comunicada à instituição financeira, pois havia o receio de majoração do valor das parcelas. Ocorre que **Pedro deixou de efetuar o pagamento de mais de cinco parcelas**, motivo que levou o agente financeiro a propor **ação de busca e apreensão**.

A diligência, entretanto, não teve êxito, já que Maria não mais possuía o veículo, por tê-lo alienado a Pedro. Diante disso, o credor requereu a **conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito**, pleiteando a **prisão civil da paciente**, sob o argumento de que seria depositária infiel.

O juízo competente deferiu o pedido, decretando sua prisão até a restituição do bem ou o pagamento das prestações em atraso.

Todavia, como se demonstrará a seguir, **a prisão civil do depositário infiel é manifestamente ilegal**, razão pela qual se impetra o presente *Habeas Corpus*.

II – DO PEDIDO LIMINAR (TUTELA DE URGÊNCIA)

Nos termos dos arts. 649 e 660, § 2º, do CPP, o *Habeas Corpus* possui natureza cautelar, admitindo a concessão de medida liminar.

O *fumus boni iuris* decorre da evidente ilegalidade da prisão civil imposta à paciente, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.

Já o *periculum in mora* está caracterizado pela grave violação ao direito fundamental de locomoção de Maria, que se encontra indevidamente privada de sua liberdade.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal, em seu **art. 5º, LXVIII**, assegura que será concedido habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. O **Código de Processo Penal**, em seu art. 647, confere base legal ao presente remédio constitucional.

A liberdade de locomoção é direito fundamental garantido pelo **art. 5º, XV, da CF/1988**, que somente pode ser restringido em hipóteses expressamente previstas em lei.

O **Supremo Tribunal Federal**, ao julgar o RE nº 466.343/SP, reconheceu que o **Pacto de San José da Costa Rica** (Convenção Americana sobre Direitos Humanos) possui **status supralegal**, revogando a legislação infraconstitucional que permitia a prisão civil do depositário infiel.

Por fim, a **Súmula Vinculante nº 25** do STF consolidou o entendimento:

“É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.”

Assim, a manutenção da prisão de Maria configura evidente **constrangimento ilegal**.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) que seja **notificada a autoridade coatora** para prestar as informações cabíveis;
- b) que seja **concedida a liminar**, determinando-se **a imediata expedição do alvará de soltura** da paciente, confirmando-se posteriormente a ordem em caráter definitivo;
- c) a **juntada dos documentos** que instruem a presente impetração;
- d) a **intimação do Ministério Público** para que se manifeste.

Por fim, dá-se à causa o valor meramente estimativo, nos termos dos arts. 291 e 319, V, do CPC.

Termos em que,

Pede deferimento.

Local e data.

Advogado

OAB nº (...)

CAPÍTULO 3

HABEAS DATA

CABIMENTO

- **Conhecimento** de **informações pessoais** constantes de **registros ou bancos de caráter público**;
- **Retificação** de **informações pessoais**;
- **Anotação nos assentamentos do interessado**, de **contestação ou explicação sobre dado verdadeiro**, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

LEGISLAÇÃO DO HABEAS DATA

⇒ Art. 5º, LXXII, da CF/1988

⇒ Lei nº 9.507/1997

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES	COMPETÊNCIA	FUNDAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da República • Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal • Tribunal de Contas da União • Procurador-Geral da República • Supremo Tribunal Federal 	STF	arts. 102, I, d, da CF e 20, I, a, da Lei nº 9.507/1997
<ul style="list-style-type: none"> • Ministro do Estado • Supremo Tribunal de Justiça 	STJ	arts. 105, I, b, da CF e 20, I, b, da Lei nº 9.507/1997
<ul style="list-style-type: none"> • Tribunal Regional Federal • Juiz Federal 	TRF	art. 20, I, c, da Lei nº 9.507/1997
<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade federal, exceto os casos de competência dos tribunais federais 	Juiz Federal	art. 20, I, d, da Lei nº 9.507/1997
<ul style="list-style-type: none"> • Autoridades previstas nas Constituições Estaduais 	TJ Governador Prefeito de Capital Secretário de Estado Mesa da Assembleia Legislativa	art. 20, I, e, da Lei nº 9.507/1997
<ul style="list-style-type: none"> • Competência Residual 	Juiz Estadual (Vara Cível)	art. 20, I, f, da Lei nº 9.507/1997

ESQUEMA TÉCNICO PARA CONSTRUÇÃO DA PEÇA PROCESSUAL

I. ENDEREÇAMENTO:

⇒ Competência – será fixado de acordo com a autoridade coatora e não em virtude da natureza do ato impugnado.

art. 20 da Lei nº 9.507/1997 + artigo referente da CF

- tem tratamento semelhante aos Estados quanto a:

- número de parlamentares;
- mandatos;
- subsídios;
- legitimidade para propor ADI;
- participação na formação da vontade legislativa nacional.

Além disso, o DF é **bastante favorecido financeiramente**, porque:

- acumula fontes de receita típicas de Estados e Municípios;
- e **não custeia** diretamente seu Poder Judiciário, MP, Defensoria Pública, polícias e bombeiros, que são organizados e mantidos pela **União**.

Em síntese: o Distrito Federal é uma **unidade federativa singular**, com competências cumulativas de Estado e Município, mas com várias estruturas essenciais organizadas e financiadas pela União.

9. MUNICÍPIOS

9.1 Natureza e autonomia

Os **Municípios** são **entes federativos autônomos**, e sua **autonomia municipal** é tão importante que foi elevada a **princípio constitucional sensível** (art. 34, VII, c, da CF/1988).

Essa autonomia se manifesta, como nos demais entes federados, em quatro dimensões:

- **Auto-organização**
- **Autolegislação**
- **Autogoverno**
- **Autoadministração**
- O Município se **auto-organiza** por meio de sua **Lei Orgânica**.
- Se **autolegisla** por meio de **leis municipais**.
- Se **autogoverna** pela eleição direta de **Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores**, sem ingerência da União ou dos Estados.
- Se **autoadministra** ao exercer suas competências administrativas, tributárias e legislativas conferidas diretamente pela CF/1988.

⚠ **Diferença importante:**

- Os Municípios **não possuem Poder Judiciário próprio**.
- Seu Poder Legislativo é **unicameral** (Câmara Municipal).

9.2 Auto-organização: Lei Orgânica Municipal

A **Lei Orgânica Municipal** é o "estatuto básico" do Município. Ela:

- deve ser votada em **dois turnos**, com **intervalo mínimo de 10 dias**;
- deve ser aprovada por **2/3 dos Vereadores**;
- é promulgada pela **Câmara Municipal**;

Fundamento:

- art. 90, I, da CF/1988
- art. 91, § 1º, II, da CF/1988

Pontuação:

- Reconhecimento da necessidade de oitiva prévia dos Conselhos (0,15)
- Fundamentação constitucional adequada (0,15)

Subtotal: 0,30

Ressalte-se que as manifestações emitidas por ambos os Conselhos possuem **natureza opinativa**, não sendo **juridicamente vinculantes**, razão pela qual o Presidente da República **não está obrigado a seguir suas orientações**.

Pontuação:

- Reconhecimento do caráter não vinculante dos pareceres (0,15)
- Indicação de que se trata apenas de opiniões consultivas (0,15)

Subtotal: 0,30

Total da letra B: 0,60

SIMULADO 2

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carolina Duarte, brasileira, casada, com 34 anos de idade, foi diagnosticada com osteomielite, enfermidade de natureza inflamatória que compromete ossos e tecidos, provocando dores intensas, febre recorrente e calafrios constantes. Embora a patologia não possua cura definitiva, existem tratamentos médicos capazes de reduzir significativamente seus sintomas e impedir a progressão do quadro clínico.

De acordo com laudos médicos recentes, Carolina necessita iniciar com urgência o tratamento prescrito, que consiste no uso contínuo do medicamento Hidrox ZYLO, na dosagem de 850 mg, pelo período mínimo de dois meses.

Sem exercer atividade remunerada no momento e sem condições financeiras para custear a medicação, Carolina apresentou requerimento administrativo junto à Secretaria de Saúde do Estado da Esperança, instruído com toda a documentação médica necessária. Todavia, o Secretário Estadual de Saúde, por manifestação escrita emitida na semana anterior, indeferiu o

pedido, sob o argumento de que o medicamento não integra o Programa de Medicamentos Excepcionais do SUS, invocando, ainda, a chamada cláusula da reserva do possível.

Diante da negativa administrativa e da urgência do tratamento, Carolina Duarte procura seu escritório de advocacia com o objetivo de ingressar com a medida judicial cabível, a fim de obter o fornecimento imediato do medicamento indicado.

Com base na situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a), redija a petição inicial da ação adequada, de procedimento célere, com pedido de gratuidade de justiça, visando à tutela dos direitos de sua cliente.

Valor: 5,00

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL – PADRÃO DE RESPOSTA

Endereçamento

Fundamento: art. 125, § 1º, da CF/1988

Resposta esperada:

Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Esperança

Pontuação: 0,10

Legitimidade ativa/Qualificação da autora

Fundamento: art. 319 do CPC

Resposta esperada:

Carolina Duarte, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº ____ e do CPF nº ____, endereço eletrônico ____, residente e domiciliada na cidade de ____.

Pontuação: 0,20

Legitimidade passiva (autoridade coatora)

Fundamento: art. 6º da Lei nº 12.016/2009

Resposta esperada:

Secretário de Saúde do Estado da Esperança

Pontuação: 0,15

A large rectangular area with rounded corners, containing numerous horizontal blue lines for writing. The lines are evenly spaced and cover the majority of the page's width and height, leaving a small margin at the top and bottom.

O acesso ao Judiciário:

- ✓ somente após esgotar instâncias da justiça desportiva, ou
- ✓ se não houver decisão final em **60 DIAS**.

DICA 104 – POVOS INDÍGENAS

Reconhecimento de:

- ✓ organização social, costumes, línguas, crenças e tradições;
- ✓ direitos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas.

Compete à **UNIÃO** demarcar, proteger e fazer respeitar bens indígenas.

Recursos hídricos e minerais em terras indígenas:

- ✓ autorização do Congresso;
- ✓ oitiva das comunidades;
- ✓ participação nos resultados.

Terras indígenas:

- ✓ inalienáveis e indisponíveis;
- ✓ direitos imprescritíveis.

DICA 105 – SEGURIDADE SOCIAL

Conjunto integrado destinado a assegurar direitos relativos à:

- ✓ saúde;
- ✓ previdência social;
- ✓ assistência social.

Finalidade: proteção das necessidades humanas básicas e dignidade.

DICA 106 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

Assegura renda em situações como:

- ✓ incapacidade laboral;
- ✓ velhice;
- ✓ maternidade;
- ✓ morte;
- ✓ reclusão.

Características:

- ✓ RGPS;
- ✓ caráter contributivo;
- ✓ filiação obrigatória.

⚠ **Pegadinha:**

A existência de previdência privada

- ✗ não afasta a obrigatoriedade da previdência social.

MNEMÔNICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fundamentos da República

Soberania
Cidadania
Dignidade da pessoa humana
Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
Pluralismo político



@casadosmapasmentais

Objetivos da República

Construir uma sociedade livre, justa e solidária
Garantir o desenvolvimento nacional
Erradicar a pobreza e a marginalização
Reduzir as desigualdades
Promover o bem-estar de todos, sem discriminação

Dica importante!!!

A banca poderá tentar confundir **fundamentos** e os **objetivos**. A dica para ajudar é que os fundamentos sempre começam com **substantivos** e os objetivos com **verbos**.

@casadosmapasmentais

Princípios das relações internacionais

concessão de asilo político
defesa da paz
prevalência dos direitos humanos
solução pacífica dos conflitos
nao intervenção
repúdio ao terrorismo e racismo
independência nacional
auto determinação dos povos



Conde preso não
reina, coopera igual

cooperação entre povos para
o progresso da humanidade
igualdade entre os estados

@casadosmapasmentais

Historicidade
Processo histórico de afirmação

Universalidade
Núcleo mínimo de direito
concedido a todas as pessoas

Limitabilidade
Não são absolutos (até o direito à vida)

Concorrência
Podem ser acumuladas

Irrenunciabilidade
Titular não pode dispor dos
seus direitos. Exceção:
autolimitação voluntária

Características dos direitos fundamentais

Bizu: Hulci EPI(3)



Efetividade
Poder público deve concretizar
os direitos fundamentais

Proibição de retrocesso
Aplica-se principalmente aos
direitos sociais

Indivisibilidade
Conjunto único e indivisível

Ialienabilidade
Intransferíveis/inegociáveis
Não tem conteúdo econômico
patrimonial

Imprescritibilidade
Não se perde com o tempo

@casadosmapasmentais

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 dez. 2025.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MASSON, Nathalia. *Manual de direito constitucional*. Salvador: JusPodivm, 2013.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2025.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 63. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 1.
-